

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DOCENTE

DISTANCE EDUCATION AND TEACHER TRAINING

Daniela Almeida Barbosa **1**
Simara de Sousa Muniz **2**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo de discutir a formação de professores na perspectiva da Educação a Distância – EAD. Muitas iniciativas voltadas para a formação de professores surgiram apoiadas nas políticas públicas educacionais, a partir da LDB/96, lei nº 9.394, onde se estabeleceu o incentivo ao uso dessa modalidade, principalmente para alcançar metas estipuladas em planos de desenvolvimento educacional. Ademais, a pesquisa busca apresentar o contexto histórico da Educação a Distância, refletir sobre o ensino a distância como política pública e identificar os desafios da formação de professores frente ao ensino tecnológico. A pesquisa é de cunho qualitativo, descritivo, realizado a partir dos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, através de artigos publicados em periódicos, livros disponíveis em bibliotecas virtuais, embasados em autores como: Torres e Fialho (2009), Orth, Mangan e Neves (2012); Capeletti (2014) entre outros autores. Com este trabalho esperamos contribuir com os estudos referentes ao tema exposto, propiciando melhor compreensão dos fatores que constituem a Educação a Distância

Palavras-chave: Educação a Distância. Formação Docente. Política Pública.

Abstract: This article aims to discuss the formation of teachers from the perspective of Distance Education - EAD. Many initiatives aimed at teacher training emerged based on public educational policies, starting with LDB / 96, Law No. 9,394, where the incentive to use this modality was established, mainly to achieve goals stipulated in educational development plans. In addition, the research seeks to present the historical context and of Distance Education, reflect on distance learning as a public policy and identify the challenges of teacher training in the face of technological teaching. The research is qualitative, descriptive, based on the procedures of bibliographic and documentary research, through articles published in journals, books available in virtual libraries, based on authors such as: Torres and Fialho (2009), Orth, Mangan and Neves (2012); Capeletti (2014) among other authors. With this work we hope to contribute to the studies related to the exposed theme, providing a better understanding of the factors that constitute Distance Education.

Keywords: Distance Education. Teacher Education. Politics Publish.

-
- 1** Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins-Unitins. Araguatins-TO, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3274129483063587>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0245-261X>. E-mail: almeidabarbosad@yahoo.com.br
 - 2** Doutoranda em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL da UFT. Mestre em Letras: Ensino de Língua e Literatura (UFT). Graduada em Pedagogia (2014). Graduada em Letras. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins-Unitins, Araguatins-TO, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5712970996850848>. ORCID: (<https://orcid.org/0000-0001-9725-1970>). E-mail: simara.sm@unitins.br

Introdução

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino que possui como marco histórico o ensino por correspondência e que em sua forma atual utiliza a internet como recurso de acesso a comunicação, conhecimento e formação educacional. O ensino disseminando por esse meio permite estudar no ambiente no horário desejado, pois o aluno organiza e adequa a rotina de estudos aos afazeres do cotidiano, tornando esse um modelo flexível, cujo acesso é realizado através de eletrônicos como computadores, celulares e tablets.

Nesse sentido, representa a escolha de muitos que optam por cursos de graduação, principalmente relacionados à formação docente, seja ela inicial ou continuada. Essas iniciativas surgiram apoiadas nas políticas públicas educacionais a partir da Lei nº 9.394 da LDB/96, dando abertura para a formação de professores leigos que se encontravam em sala de aula.

Para que possamos ter clareza à problemática investigada neste trabalho concentra-se na seguinte pergunta: Quais as especificidades da formação docente na modalidade EAD? A temática foi escolhida pela necessidade de abordar aspectos relevantes sobre a formação de professores nessa modalidade.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo discutir a formação de professores na perspectiva da Educação a Distância (EAD). E como objetivos específicos, temos: 1) apresentar o contexto histórico da Educação a Distância, 2) refletir sobre o ensino a distância como política pública e, 3) identificar os desafios da formação de professores frente ao ensino tecnológico.

Para alcançarmos os objetivos e considerando a importância de se desenvolver pesquisas sobre a Educação a Distância na formação docente, utilizamos a pesquisa qualitativa, descritiva, realizada a partir dos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, através de artigos publicados em periódicos, livros disponíveis em bibliotecas virtuais, embasados em autores como: Torres e Filho (2009), Orth, Mangan e Neves (2012); Capeletti (2014) entre outros autores.

Com este trabalho esperamos contribuir com os estudos referentes ao tema exposto, propiciando melhor compreensão dos fatores que constituem a Educação a Distância.

Breve histórico da educação a distância

A Educação a Distância consiste na utilização de tecnologias como ferramentas que possibilitam aprendizagem. A respeito disto, Corrêa e Boll (2010, p.05) definem que: “A Educação a Distância – EAD é uma modalidade de ensino utilizada por todos aqueles que querem aprofundar seus conhecimentos e encontrar meios de enfrentar os percalços cotidianos”.

Quando pensamos no uso de tecnologias para a educação, logo consideramos a internet como único meio possível. Entretanto, a educação mediada pelo uso de tecnologias não é uma prática contemporânea, mas algo que evoluiu com a criação de novos recursos. A escrita é o método inaugural das trocas mediadas. De acordo com Hermida e Bonfim (2006, p.168) “A escrita foi à primeira estratégia entre interlocutores que estavam separados pela distância e a primeira forma de comunicação para a EAD”. O domínio dessa habilidade representa um momento importante para a comunicação, que não se limita a distância.

Nesse sentido, pesquisadores da área têm dedicado seus estudos à temática da Educação a Distância, afirmando que as cartas se tornaram um canal importante para o diálogo, servindo para instruir e transmitir informações. Desse modo, cartas escritas pelo apóstolo Paulo e que compõem a bíblia, são tidas como modo inicial dessa prática. Segundo Ribeiro, (2014, p.03), “Alguns pesquisadores afirmam que as Epístolas do Novo Testamento foram às primeiras formas de EAD de que se tem notícia, uma vez que possuíam um caráter didático e eram destinadas a comunidades inteiras [...]”. Essas escrituras seriam as primeiras evidências dessa modalidade de ensino.

No entanto, não existe uma visão única quanto ao surgimento da Educação a Distância, pois registros apontam o século XVIII como início dessa trajetória. Um dos indícios seria a divulgação de um curso em um jornal de uma cidade dos Estados Unidos, ofertando uma técnica de abreviatura realizada a mão. As aulas aconteceriam mediante envio de material, com encaminhamento semanal de atividades realizado pelo professor.

Provavelmente a primeira notícia que se registrou da introdução desse novo método de ensinar a distância foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na Gazette de Boston, EUA), que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos. Depois, em 1840, na Grã-Bretanha, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência. Em 1880, o Skerry's College ofereceu cursos preparatórios para concursos públicos. Em 1884, o Foulkes Lynch Correspondence Tuition Service ministrou cursos de contabilidade. Novamente nos Estados Unidos, em 1891, apareceu a oferta de curso sobre segurança de minas, organizado por Thomas J. Foster (NUNES, 2009, p. 02 e 03).

Dessa maneira, a Educação a Distância se formalizou a partir da correspondência, compreendida como a primeira geração desse ramo. Como afirma Torres e Fialho, (2009, p. 456) “Diversos são os registros ao longo da história de experiências de EAD por correspondência, mas só na Modernidade essa modalidade se consolidou com o avanço de técnicas de impressão [...]”. Para esses autores isso se deve também ao aperfeiçoamento da prestação de serviços dos correios e a melhoria da via férrea.

Ainda na visão de Torres e Fialho (2009), no Brasil, precisamente no século XX, a Educação a Distância tem como primeiro suporte o ensino por correspondência, que se evidenciou por iniciativas de formação técnica e complementar, atrelado à definição de “educação aberta”, meio pelo qual milhares de alunos tiveram acesso a profissionalização. Por essa mesma razão, olhares de discriminação se desencadearam em torno desse modelo de educação.

Dessa forma, foi surgindo institutos educacionais com o intuito de ampliar o ensino a distância, visando melhor atender a população que tivesse interesse em se matricular nesta modalidade, sendo: Instituto Monitor (1938) e Instituto Universal Brasileiro (1941). Assim afirma Ribeiro:

As práticas pedagógicas desses institutos ficaram caracterizadas como tecnicistas, pois a produção de materiais didáticos era organizada por autores ou equipes compostas por diferentes profissionais, os quais não eram os professores que dariam suporte aos alunos. A correção das tarefas era realizada por profissionais contratados que recebiam o nome de leitores e trabalhavam na correção das atividades de uma determinada apostila, de um determinado curso (RIBEIRO, 2014, p. 03 e 04).

Ao longo do tempo, novas tecnologias foram aparecendo e possibilitando novos caminhos para Educação a Distância. “A segunda geração da EaD apresentou o acréscimo de novas mídias como a televisão, o rádio, as fitas de áudio e vídeo e o telefone”. (MAIA E MATTAR, 2007, p. 22). Nessa segunda geração, o rádio desponta como precursor das novas mídias, em que os alunos também recebiam o material impresso em casa, com a diferença que podiam acompanhar as aulas como ouvintes.

Já na década de 1920, foi criada a primeira emissora de rádio do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A proposta partia de uma ação privada, cuja finalidade era proporcionar educação ao povo. A programação educativa se expandiu nesse período, abrangendo outros lugares do Brasil. Nesse primeiro momento o rádio operou em uma instituição de nível superior mantida pelo governo. (ALVES, 2009)

Outro fator importante para ampliação da EAD no Brasil foi à televisão, conhecida também como “TV Educativa”, em que os alunos utilizavam material impresso e acompanhavam as aulas por ela. As emissoras eram obrigadas a disponibilizar horários em sua grade para transmissão das aulas. Um importante programa educativo disseminado pela tevê foi o Telecurso (1978), destinado

a alunos do 2º grau, sendo esta uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho com a colaboração da TV Cultura. Dessa forma objetivava ampliar o acesso à educação. Assim, em 1981 foi lançado o Telecurso 1º grau e por consequência da relevância dos programas é que surgiu o Telecurso 2000. Conforme Barreto:

O Telecurso oferece à população um ensino de qualidade, uma vez que os alunos têm acesso a conteúdo especialmente elaborados por educadores dos principais centros de excelência acadêmicos e das melhores universidades brasileiras, além de aulas que foram elaboradas por conceituados profissionais da televisão, como Fernando Meireles, Marcelo Tas, Bráulio Mantovani, José Roberto Torero, entre outros. E o mais importante: tudo foi concebido para ser usado, sem distinção, por pessoas das mais variadas realidades, condições sociais, idades e estados de origem. É a democratização de uma idéia que surgiu para alcançar o maior número possível de estudantes que não puderam completar sua educação básica (BARRETO, 2009, p. 452).

A Educação a Distância trouxe em seu contexto vários caminhos para expandir o conhecimento. Nessa perspectiva, para Maia e Mattar, (2009, p. 22) “Uma terceira geração introduziu a utilização do videotexto, do microcomputador, da tecnologia de multimídia, do hipertexto, e de redes de computadores, caracterizando a educação a distância on-line”. O ensino mediado pelas plataformas virtuais utiliza de vários recursos para proporcionar meios para a aprendizagem, ferramentas como fóruns de discussão, chats e a própria interação entre professor e aluno em tempo real por meio de vídeo chamada. Nesse formato a figura do tutor é essencial para mediar esse processo.

É importante ressaltar que desde a entrada do século XXI, se considera a existência de novas gerações tecnológicas, quarta e quinta geração, ambas definidas pelo uso da realidade virtual. Uma realidade cuja interação aproxima cada vez mais os sujeitos, com uma sincronia de diálogo em que as trocas professor e aluno são cada vez mais frequente, possibilitadas pelas diversas funcionalidades que as novas tecnologias possuem. (TORRES E FIALHO, 2009).

Dessa forma, o progresso das telecomunicações e conseqüentemente os avanços do ensino a distância nos últimos anos foram importantes para a formação dos sujeitos, uma vez que democratizou o ensino e permitiu atingir um número significativo de pessoas.

O ensino a distância como política pública

A compreensão de política pública está associada à atuação do poder público em uma determinada área ou setor, abrangendo seus investimentos e prioridades em prol de um grupo ou causa. Na formação docente na modalidade EaD essas políticas públicas se efetivam desde 1990, para democratizar o acesso, de acordo com Assumpção, Castro e Chrispino (2018) “tem sido o incentivo à implementação da Educação a Distância (EAD), dinâmica que ocorre em função de iniciativas variadas, em nível federal, estadual e, eventualmente, municipal”. (ASSUMPÇÃO, CASTRO E CHRISPINO, 2018, p. 446).

Nessa perspectiva, Orth, Mangan e Neves (2012) afirmam que práticas de formação de professores são realizadas desde 1995, em que para o melhoramento da formação eram aplicados repasses financeiros destinados exclusivamente para as escolas, sem a necessidade de divisão com os entes federados. Além disso, cada unidade escolar adquiria um televisor, os currículos foram adequados, os livros passaram a ter maior qualidade e as instituições que se destacavam recebiam o devido reconhecimento.

Diante disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 é considerada o principal documento e marco jurídico de fomento a Educação a Distância no Brasil, que abrange elementos direcionados a organizar os procedimentos e base da educação nacional.

[...] sua finalidade, organização, administração, níveis e modalidades, e a partir dela, o sistema educacional do país passou a ser organizado em dois níveis – Educação Básica (compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio) e Educação Superior (onde se têm as graduações e pós-graduações lato sensu e stricto sensu). Em se tratando de educação a distância, foi em seu artigo 80 que a LDB/96 prescreveu que o Poder Público incentivaria o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, mas outros desenvolvimentos não tardariam a acontecer (ASSUMPÇÃO, CASTRO E CHRISPINO, 2018, p. 448).

O artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (1996) representa um passo importante para a EAD, pois a partir dos apontamentos que configuram a prática da modalidade, é que surgiram outras normativas para sua regulamentação, abrindo caminho para a Educação a Distância avançar e atender demandas em todos os níveis da educação, colaborando com a qualificação de pessoas, principalmente no que se refere à formação inicial e continuada de professores.

Ainda com base na LDB/96, nas disposições provisórias do artigo 87 se determinou que fossem colocadas em prática as ações do Plano Nacional de Educação após o período de um ano da publicação da LDB. Assim, o 3º parágrafo, inciso III, do mesmo artigo diz sobre: “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”. (BRASIL, 1996, Art. 87). Dessa forma a Educação a Distância atuaria como um dos fatores fundamentais para equiparar o nível de escolaridade dos professores que já atuavam nas escolas.

A Educação a Distância representa um importante meio para as ações governamentais, dada abertura no artigo 87 da LDB/96, em referência ao Plano Nacional de Educação, é que se traçaram estratégias que garantissem os apontamentos das diretrizes do documento. Dessa forma, a elaboração de programas para sanar as problemáticas de formação de professores, foi essencial para que as práticas fossem realizadas. Nesse contexto, o Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO), foi destinado aos professores da pré-escola, alfabetização e séries iniciais, tendo como suporte a EAD.

Esses fatores se apoiam também nas atribuições que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que concede parte dos repasses salariais para a formação docente. De modo a acrescentar, o Proformação respalda-se em outras normativas, como mencionando no manual de operacionalização do programa, que diz:

Além da LDB e do FUNDEF, o PROFORMAÇÃO fundamenta-se: a) no Parecer CEB 15/98 da Câmara de Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação, que define diretrizes curriculares para o Ensino Médio; b) no “Referencial para a Formação de Professores” proposto pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC (SEF/MEC) e aprovado pelo CNE (Resolução CEB nº 2/99); c) nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO, 2000, p.11).

O Proformação surgiu em 1999, um programa voltado para a formação de professores leigos que atuavam em sala de aula e não possuíam nenhuma formação para tal. Com a finalidade de formação em segundo grau, o programa ofertava o curso de magistério, sendo realizado no período de dois anos com suporte da modalidade de Educação a Distância (MORAES, 2011).

As aulas do Proformação aconteciam de forma semipresencial, com atividades presenciais e a distância. Quando presenciais, possuem período estabelecido para os encontros. Além disso, o

aluno estabelece para si uma rotina de estudos, conduzindo o processo de aprendizagem. Sobre esses aspectos, Moraes (2011) afirma que:

Com duração de dois anos, o PROFORMAÇÃO é desenvolvido em quatro módulos, um por semestre. Cada módulo compreende fase presencial e fase à distância. Na fase presencial, os cursistas têm dez dias de aulas presenciais com os professores formadores, nas Agências Formadoras (AGF). A cada quinze dias, aos sábados, ocorrem os encontros com o tutor. E ao final de cada bimestre, é feita uma avaliação escrita. Na fase à distância, os cursistas estudam *individualmente*, utilizando o “material didático auto-explicativo” que recebem e aplicam em sala de aula o que estão aprendendo, registrando em um memorial suas experiências (MORAES, 2011, p.265).

O Proformação é parte do campo das políticas públicas educacionais à distância e que teve impacto positivo para o crescimento do país, pois através da formação em nível médio para professores leigos em exercício da profissão, é que foi possível avançar a qualidade da educação, tendo como foco a capacitação daqueles que vivenciam o ato de aprender para ensinar.

Em prosseguimento às alterações realizadas no âmbito da oferta de Educação a Distância, em 2004, outra importante mudança se deu através da portaria ministerial nº 4.361 que “[...] estabeleceu novos critérios para o credenciamento de instituições superiores na oferta de educação superior na modalidade à distância [...]” (ORTH, MANGAN E NEVES, 2012, p.10). Entre outras razões, essas modificações são uma forma de controle da expansão da Educação a Distância, dando novas condições para o funcionamento.

É perceptível que as políticas públicas educacionais se intensificam ano a ano desde a criação da LDB de 1996. São alterações realizadas com intuito de melhorar as disposições legais referentes à educação, bem como as especificidades da modalidade de ensino a distância, pois à medida que surgem novas demandas é que são realizados os ajustes cabíveis.

Nesse contexto, a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), que foi criada em 1990, contribuiu significativamente com a formação superior de diversos professores que já atuavam nas esferas municipais e estaduais da educação. Através de teleaulas, foram ofertados cursos de licenciatura a partir de 2001, entre eles Pedagogia. Em 2004 o MEC concedeu a regularização necessária para que a instituição pudesse operar seus trabalhos. Dessa forma, o curso Normal Superior seria ofertado a nível nacional. (UNITINS, 2020)

Com a finalidade de expansão das políticas públicas educacionais, é que foi criado em 2005 a Universidade Aberta do Brasil (UAB), consolidada somente em 2006 por meio do decreto no 5.800. Entre outros fatores, a UAB surgiu como uma iniciativa de ofertar educação pública em nível superior na modalidade de Educação a Distância para lugares desprovidos de Universidades, como ressalta Mota (2009):

O Sistema UAB foi oficializado pelo decreto no 5.800, de 8 de junho de 2006, destacando a articulação e integração de instituições de ensino superior, municípios e estados, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no país, bem como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica (MOTA, 2009, p.300).

A Universidade Aberta do Brasil, é nessa perspectiva um progresso para a oferta de formação docente, seja ela inicial ou continuada. É a consolidação da oferta qualitativa de ensino. E embora as políticas públicas tenham encontrado na Educação a Distância o caminho para romper com os desafios e defasagens da educação, ainda é foco prioritário o incentivo da formação inicial do professor na modalidade presencial, o que direciona para novos parâmetros da lei.

Em 2009 surgiu o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

O programa foi estabelecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja finalidade é assegurar formação para professores que já atuam em sala de aula, sendo ofertado na modalidade presencial e a distância. Segundo Ataíde (2013):

O objetivo do programa é garantir aos professores da educação básica em exercício na rede pública a formação exigida pela LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da implantação de turmas especiais, exclusivas para professores em exercício (ATAÍDE, 2013, p.36).

Ainda em 2009, outra normativa no campo das políticas de formação docente se evidenciou. A Lei nº 12.056 de 13 de outubro, que incorporou ao art. 62 da LDB/96 parágrafos estabelecendo a cooperação entre os entes federados (União, Estados e Municípios), em prol da formação de professores, sugerindo a aplicação dos meios tecnológicos para a formação continuada e capacitação, além de priorizar a formação inicial dos profissionais do magistério através do ensino presencial (BRASIL, 2009, Art. 62).

A oferta de cursos de formação de professores na modalidade EAD, de acordo com o Art. 11º, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, diz que: “As instituições de ensino superior privadas deverão solicitar credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância ao Ministério da Educação” (BRASIL, 2017, Art. 11º). Além disso, os processos de credenciamento e reconhecimentos institucionais, de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância serão submetidos à avaliação in loco na sede da instituição de ensino, como objetivo de verificar a existência e a adequação de metodologia, de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal que possibilitem a realização das atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso.

O direcionamento mais recente referente à Educação a Distância é a portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019. De acordo com o artigo 2º da portaria, “As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso”. (BRASIL, 2019, Art. 2º). Para que essas disposições sejam efetivadas, é necessário atender os critérios que constam no documento.

O ensino a distância como política pública revela avanços importantes para essa modalidade, cujo marco centra-se sempre na LDB, servindo de apoio para que as iniciativas governamentais tomem formas legais, por meio de decretos, leis, portarias, sob a perspectiva de melhorar as disposições de acordo com as necessidades do momento. A formação de professores nesse sentido é moldada para atender esses quesitos.

Os desafios da formação docente frente ao ensino tecnológico

A abordagem sobre formação de professores não é recente. Devido à relevância desse profissional para a construção social dos sujeitos é que se dá ênfase aos aspectos que constituem sua própria formação. Como afirmam Placco e Silva, (2000, p. 25) “A discussão sobre formação docente é antiga e, ao mesmo tempo, atual: antiga, pois em toda a nossa história da Educação tem sido questionada a maneira como são formados nossos professores “[...] Esse debate sempre se atualiza, pois reflete o contexto educacional.

Nesse sentido, a Educação a Distância se faz presente no debate sobre formação de professores, devido sua utilização como ambiente de formação. Embora em suas essências, a Educação a Distância apresenta desafios. “[...] Nessa modalidade, existem problemas tanto quanto na educação convencional, porém eles se tornam mais visíveis em virtude do contexto tecnológico que os abriga” (TOLEDO, 2011, p.187).

Estudar nessa perspectiva necessita de empenho tanto quanto no modelo presencial, pois o aluno tem que se ater a dinâmica desse espaço de aprendizagem, se adaptar ao tecnológico. A Educação a Distância requer autonomia por parte do educando, por se tratar de uma modalidade em que os envolvidos no processo educativo (professor e aluno), não possuem contato constante. De acordo com Bezerra e Vaz (2018):

Talvez pareça simples estudar a distância, porém é preciso que o aluno assuma uma postura diferenciada, diante desse novo contexto educacional, em que predomina a autonomia, disciplina, organização do tempo, automotivação, interpretação e domínio de leitura nas diferentes linguagens e conhecimentos tecnológicos (BEZERRA E VAZ, 2018, p. 04).

Nessa perspectiva, Capeletti (2014) destaca que os estudantes que não apresentam essas características são meros executores de atividades e prazos, transformando dessa maneira o ensino a distância em um amontoado que não gera conhecimento. A autonomia e disciplina nos estudos é fator desafiante nessa modalidade, visto que para obter êxito é necessário atender a esses quesitos.

Para estudar na Educação a Distância, é necessário também ter domínio tecnológico do ambiente virtual de aprendizagem. O que para alguns alunos representa grande dificuldade. De acordo com Capeletti (2014, p. 05 e 06) o ensino a distância requer que “o aluno também tenha conhecimento e compreensão das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, assim como possuir tecnologia para utilizar programas e softwares necessários para a realização das atividades educacionais no ambiente virtual”. Conhecer o funcionamento dessas ferramentas é necessário para que se possa fazer bom uso dos recursos disponíveis.

Atrelado a isso, o domínio do ambiente virtual não é tarefa apenas dos estudantes, mas também dos professores que atuam nessa modalidade, pois devem conhecer e saber utilizar as ferramentas que conduzem seu campo de trabalho, pois dessa forma ele também poderá auxiliar seus alunos, além de melhorar sua prática pedagógica. Para Scherer e Brito (2014):

[...] a necessidade de o professor conhecer e dispor-se a aprender ao longo de sua profissão as características específicas do ensino e da aprendizagem na modalidade de EaD, compreendendo-a como um espaço de educação. Daí surge a demanda pela formação continuada de professores para atuarem nessa modalidade (SCHERER E BRITO, 2014, p. 75).

Outro desafio relacionando ao ambiente de aprendizagem está na compreensão de textos. “A resistência aos hipertextos¹ e também à dificuldade muitas vezes na interpretação desses textos sem o auxílio imediato do professor, são muitas vezes, fatores determinantes para a desistência do curso.” (CAPELETTI, 2014, 06). A compreensão do texto se configura como uma competência primordial do processo de autonomia do aluno.

Na Educação a Distância muitos são os desafios. Outra questão referente a isso é o acesso à internet, o que demanda boa qualidade para a navegação. O aluno depende dos materiais e informações disponíveis no ambiente de aprendizagem, para que assim possa estudar e se atualizar dos afazeres do curso. Dessa forma, por se tratar de um ensino tecnológico, conseguir ter boa conexão é primordial. Segundo Capeletti (2014) “Muitos alunos não possuem internet ágil ou computadores que são compatíveis com os programas. Essas situações interferem no período destinado ao estudo [...]” (CAPELETTI, 2014, p.06). Essas problemáticas dificultam também no cumprimento das datas de entrega de tarefas e trabalhos, pois o aluno depende da operacionalização desses sistemas.

Outro ponto presente na discussão sobre formação de professores na Educação a Distância, é a discriminação que, parafraseando Corrêa e Boll (2010), aqueles que optam por se formar nessa modalidade sofrem. Existindo um olhar diferenciado, principalmente por parte dos postos de trabalho, o que gera certo questionamento quanto à veracidade do diploma ou dos conhecimentos adquiridos nessa formação.

Dessa forma, Corrêa e Boll (2010), ressaltam que atualmente existem novos fatores que configuram o preconceito que esses estudantes vivenciam. Dentre estes a realização de etapas importantes do curso, como é o caso dos estágios, em que as barreiras impostas dificultam conseguir

1 3 [...] sobre o termo hipertexto pode-se dizer que o termo designa um processo de escrita/leitura não-linear e não hierarquizada e que permite o acesso ilimitado a outros textos de forma instantânea. Possibilita ainda que se realize uma trama, ou rede, de acessos sem seguir, necessariamente, sequências ou regras. (FACHINETTO, 2005, p.3).

um. Além disso, a participação em concursos públicos também se torna uma problemática para os alunos da EAD. Como esclarecem Corrêa e Boll (2010):

Entre os obstáculos atuais enfrentados ainda por aqueles que optaram pela EAD pode-se citar, por exemplo, a dificuldade para conseguir estágio, obter o registro profissional e até fazer inscrições em concursos. É evidente que romper com esse pensamento secular de lugar tempo-espacial da educação não é fácil (CORRÊA E BOLL, 2010, p.19).

Muitos enxergam a Educação a Distância como negativa para o ensino. Por se tratar de uma modalidade que exige do aluno clara disposição e empenho para a realização das atividades, por vezes a aplicação para aprender é vaga, o que dificulta dessa forma o andamento da aprendizagem. Criando-se assim uma imagem insatisfatória da EAD. Segundo Rodrigues (2020):

[...] a visão dos alunos em relação a EaD, torna-se desfavorável para o processo educativo, acarretando, com isso, uma deficiência na aprendizagem, uma vez que os alunos não se dedicam aos estudos. É bem verdade que está questão atrapalhará o processo educativo (RODRIGUES, 2020, p. 111)

Na opinião de Toledo (2011), a visão equivocada sobre o ensino a distância está na ideia que a modalidade não se fundamenta na prática docente, divergindo das ações desenvolvidas no ensino presencial. Dessa forma, o pensamento refletido por muitos, gera dúvidas e desvalorização sobre esse ramo educativo. Essa desvalorização desencadeia comentários que julgam a Educação a Distância como de “segunda categoria”.

Em razão disto, é dada atenção ao modo como se organizam os cursos de formação de professores nessa modalidade; no tocante ao embasamento de educação que os constituem, e sobre o desenvolvimento das atividades. Dessa forma, Rodrigues (2020) afirma que:

[...] registra-se a preocupação de como os cursos de formação em EAD estão postos, a concepção de educação que os fundamenta, as ações que realmente são desenvolvidas, contemplando os princípios educacionais e o reconhecimento das necessidades e expectativas [...] (RODRIGUES 2020, p.96).

São situações que atuam em desfavor da Educação a Distância, pois o pensamento empregado reflete a falta de conhecimento daqueles que criam conceitos antecipados sobre esse meio de educação, desconhecendo os aspectos legais que regularizam e fundamentos que constituem a existência dos cursos disponíveis nessa modalidade.

O descrédito dado a EAD acentua o questionamento da qualidade dos cursos que são ofertados pelas instituições de ensino. O fato de as aulas não acontecerem de forma constante, gera dúvidas quanto à mediação, o planejamento, e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem. O que de certa forma gera um comparativo com a Educação presencial, pois se acredita que o ensino disseminado pela Educação a Distância não possui o mesmo rendimento. Conforme Silva (2018):

Outro temor muito comum refere-se à qualidade do ensino na Educação a Distância. Por não haver interação presencial diariamente entre estudantes e professores, há o risco de surgir a ideia de que o processo de mediação pedagógica não ocorreria ou não teria a mesma eficiência que teria na Educação presencial. O planejamento didático, a elaboração de materiais de ensino (vídeo-aulas, teleaulas, livros e atividades) e o processo de avaliação, porém, são instruídos por perspectivas diferentes da modalidade presencial e que visam favorecer o processo de autonomia discente (SILVA, 2018, p. 05).

Existe uma clara separação entre Educação a Distância e Educação Presencial. Entretanto, o interesse das mesmas é pautado na busca pelo desenvolvimento da educação, na busca pela qualidade. Questões essas que devem ser pautas para debate, pois é essencial não haver desintegração das ações públicas voltadas para a formação docente, pois o intuito é o mesmo. Como afirma Medeiros (2010):

[...] surge a necessidade de organicidade das políticas públicas e a ruptura da fragmentação entre formação presencial e formação a distância. Ambas se constituem como processos de formação, por meio de modalidades específicas, mas no contexto de um processo educacional que também necessita ser posto em discussão, tendo em vista os fins da educação que efetivamente estamos querendo construir como projeto de sociedade para o nosso País (MEDEIROS, 2010, p. 348).

Nesse sentido, organizar e romper com essa separação entre esses dois modelos educacionais é fundamental, pois quando ambos os setores e agentes envolvidos no fazer pedagógico, discutem as carências existentes no processo de formação de professores, dá-se um salto na busca por melhorias para essa área da educação.

Medeiros (2010, p.350), ressalta que dentro dessa perspectiva da organicidade: “[...] é necessária à incorporação dos saberes e da organização do trabalho pedagógico nos currículos das licenciaturas e da pedagogia, de forma que se transformem em objeto de estudo e reflexão e de construção de novas práticas educativas [...]”.

É notório que a Educação a Distância apresenta desafios, o que não a difere dessa forma do ensino presencial, pois ambas apresentam situações adversas e que influencia em diversos aspectos da formação do sujeito. É necessário, entretanto, buscar meios para amenizar tais situações, pois se trata da formação daqueles que irão contribuir ou que já contribuem com o desenvolvimento do país. A Educação a Distância é uma modalidade de ensino que oportuniza a formação de muitos professores e sua importância é clara apesar das problemáticas.

Considerações Finais

Discutir a formação de professores na perspectiva da Educação a Distância, foi o eixo central dessa pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, a formação de professores discutida aqui buscou apresentar o contexto histórico da Educação a Distância, refletir sobre o ensino a distância como política pública e, identificar os desafios da formação de professores frente ao ensino tecnológico. São abordagens relevantes, pois implica pensar na educação a partir de suas especificidades.

A pesquisa atendeu aos objetivos propostos, descrevendo as primeiras formas de ensino a distância que se tem notícia, demonstrando assim a evolução do uso de uma tecnologia para outra. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação se faz presente nessa abordagem por ser o primeiro marco regulatório que dispôs sobre a modalidade. Assim, como os preconceitos e questionamentos relacionados a formação de professores na EAD.

É evidente que a Educação a Distância percorreu um longo caminho até os dias atuais, que dada sua relevância para atender demandas, torna-se a opção de muitos que almejam graduar-se ou seguir estudando. Mas vale ressaltar, que todo esse percurso deve levar em consideração os empecilhos encontrados nessa trajetória, pois é essencial solucionar questões que por vezes são simples, mas que podem representar um grande desafio para os que estão inseridos nesse processo.

Assim, se faz necessário levantar essa discussão, produzindo conteúdos voltados para essa temática, para que possamos compreender os aspectos que constituem essa modalidade de ensino, que por vezes é prejudicada e desvalorizada socialmente. Entretanto, é a porta de entrada de muitos que estão atuando em sala ou irão atuar, tornando-se assim campo de formação docente. Docentes estes que contribuem para o crescimento educacional do país.

Referências

ALVES, João Roberto Moreira. **A história da EAD no Brasil**. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 09-13. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/bibliografia/527/2004/12/educacao_a_distancia_-_o_estado_da_arte. Acesso em: 09 set.2021.

ASSUMPÇÃO, Georgia de Souza; CASTRO, Alexandre de Carvalho; CHRISPINO, Álvaro. **Políticas Públicas em Educação Superior a Distância – Um estudo sobre a experiência do Consórcio Cederj**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n. 99, p. 445-470, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620180026000938>. Acesso em: 18 set.2021.

ATAÍDE, Denyse Mota da Silva. **Letramento Digital e a Formação de Professores: Limites e potencialidades na perspectiva do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína-TO. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/180>. Acesso em: 20 nov.2021.

BARRETO, Hugo. **Aprendizagem por televisão**. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 449-455 Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/bibliografia/527/2004/12/educacao_a_distancia_-_o_estado_da_arte Acesso em: 20 set.2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional -9394/96. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 out.2021.

BRASIL. **Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009**. Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 13 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12056.htm Acesso em: 24 set.2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 25 de maio de 2017. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2099.710-1990?OpenDocument. Acesso em: 25 set.2021.

BRASIL. **Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília-DF, 06 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 20 nov.2021.

BEZERRA, Edna Silva Galiza; VAZ, Telma Romilda Duarte. **Perspectivas da formação de professores de Pedagogia na modalidade EAD: a percepção de estudantes e coordenadores de curso no município de Naviraí-MS**. In: II Encontro internacional de gestão, desenvolvimento e inovação, 1, 2018, Naviraí. **Anais**. Naviraí: UFMS, 2018. p. 01-20. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/7091>. Acesso em: 17 out.2021.

CAPELETTI, Aldenice Magalhães. **Ensino a distância desafios encontrados por alunos do ensino superior**. Revista eletrônica saberes da educação, n.1, p. 2014. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Aldenice.pdf. Acesso em: 12 out.2021.

CORRÊA, Giselda; BOLL, Cíntia Inês. **A Educação a Distância na formação de professores**. 2010. Trabalho de Conclusão de Especialização. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140230>. Acesso em: 12 out.2021.

FACHINETTO, Eliane Arbusti. **Hipertexto e as práticas de leitura**. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, Santa Cruz do Sul, n.3, p. 1-19, 2005. Disponível em: http://www.letramagna.com/Eliane_Arbusti_Fachinnetto.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERMIDA, Jorge Fernando. BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A educação a distância: história, concepções e perspectivas**. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.166–181, 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf Acesso em: 03 set. 2021.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <http://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/421/pdf/>. Acesso em: 09 set. 2021.

MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO. **FUNDESCOLA - SEED / MEC** Brasília – 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/manoprec.pdf>. Acesso em: 20 out.2021..

MEDEIROS, Simone. A Docência (e a formação docente) na Educação a Distância (EaD): notas para a reflexão. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, n.2, 231-354, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/>. Acesso em: 13 out. 2021.

MORAES, Raquel de Almeida. O Proformação e seu modelo de Educação a Distância. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.44, p. 262-274, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639990/0> Acesso em: 30 set.2021.

MOTA, Ronaldo. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 297-302. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/bibliografia/527/2004/12>. Acesso em: 05 out.2021.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 02-08. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/bibliografia/527/2004/12/educacao_a_distancia_-_o_estado_da_arte Acesso em: 11 set.2021.

PLACCO, Vera Nigro de Souza; SILVA, Sylvia Helena Souza da. A formação do professor: reflexões, desafios, perspectivas. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 25-31.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale - Rio Grande do Sul – Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/>. Acesso em: 03 nov.2021.

RIBEIRO, Renata Aquino. **Introdução a EAD**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: <http://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22097/pdf/>. Acesso em: 10 set.2021.

RODRIGUES, Williams dos Santos. A formação inicial dos professores na EAD: desafios e perspectivas no processo educacional. **Revista Paidéi@**. N. 22, p. 93-117, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/index> Acesso em: 30 set.2021.

SILVA, Edson Vieira da. Educação a Distância: uma realidade na formação docente inicial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS, 4., 2018. São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFScar, 2018. p.01-12. Disponível em: <http://cietenped.ufscar.br/submissao/index.p>. Acesso em: 14 out.2021.

SCHERER, Suely; BRITO, Glauca da Silva. Educação a distância: possibilidades e desafios para a aprendizagem cooperativa em ambientes virtuais de aprendizagem. **Educar em Revista**, Curitiba, n.4, p.53-77, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000800053&script>. Acesso em: 14 out. 2021.

TOLEDO, Elisabeth Maria Lopes. A formação inicial de professores na modalidade de Educação a Distância EAD: o desafio da presença da ausência. **Revista de Educação**, Cascavel-PR, n.12, 2011. p. 173-189. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/5282> Acesso em: 20 out. 2021.

TORRES, Patrícia Lupion. FIALHO, Francisco Antônio Pereira. **Educação a distância**: passado, presente e futuro. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (Org.). Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 456-460. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/bibliografia/527/2004/12/educaca>. Acesso em: 23 set. 2021.

TOCANTINS - Universidade Estadual do Tocantins. 2020. Disponível em: <https://www.unitins.br/nportal/portal/page/show/historico>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Recebido em 06 de abril de 2022.

Aceito em 22 de junho de 2022.